

POLÍTICA  
DE DROGAS  
NO BRASIL

---

CONFLITOS E  
ALTERNATIVAS

*Série*  
*Drogas,*  
*Política e*  
*Cultura*

---

Conselho Editorial

Beatriz Caiuby Labate (CIESAS/NEIP)

Karina Biondi (UEMA)

Frederico Policarpo (UFF/NEIP)

Henrique Carneiro (USP/NEIP)

Maurício Fiore (PBPD/CEBRAP/NEIP)

Taniele Rui (UNICAMP/NEIP)

Thiago Rodrigues (UFF/NEIP)

BEATRIZ CAIUBY LABATE  
THIAGO RODRIGUES  
(ORGANIZADORES)

POLÍTICA  
DE DROGAS  
NO BRASIL

---

CONFLITOS E  
ALTERNATIVAS

MERCADO<sup>®</sup>  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Política de drogas no Brasil : conflitos e alternativas /  
Beatriz Caiuby Labate, Thiago Rodrigues, (organizadores). –  
Campinas, SP : Mercado de Letras; São Paulo, SP : Núcleo  
de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), 2018.  
– (Serie Drogas, Política e Cultura)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-468-7

1. Drogas – Abuso 2. Drogas - Consumo 3. Drogas – Prevenção  
4. Política das drogas 5. Política de saúde 6. Políticas públicas  
– Brasil 7. Primeiro Comando da Capital – PCC (Facção  
ciminosa) 8. Tráfico de drogas I. Labate, Beatriz Caiuby. II.  
Rodrigues, Thiago. III. Série.

18-21442

CDD-362.2930981

**Índices para catálogo sistemático**

1. Brasil : Política de drogas : Problemas sociais 362.2930981

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide

*foto de capa:* Karina Biondi

*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras

revisão final dos autores

*bibliotecária:* Cibele Maria Dias – CRB-8/9427

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**NOVEMBRO / 2 0 1 8**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

# SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	7
<i>Vera da Silva Telles</i>	
INTRODUÇÃO: USOS E POLÍTICAS DE DROGAS NO BRASIL EM PERSPECTIVA .....	23
<i>Beatriz Caiuby Labate e Thiago Rodrigues</i>	
AS ORIGENS DO ABSTENCIONISMO E DA PROIBIÇÃO DO ÁLCOOL NA HISTORIOGRAFIA ESTADUNIDENSE E ALGUNS REFLEXOS NO BRASIL .....	39
<i>Henrique S. Carneiro</i>	
PROIBIÇÃO E GUERRA ÀS DROGAS NAS AMÉRICAS: UM ENFOQUE ANALÍTICO .....	69
<i>Thiago Rodrigues e Beatriz Caiuby Labate</i>	
A POLÍTICA DE DROGAS BRASILEIRA: TENSÕES ENTRE A REPRESSÃO E AS ALTERNATIVAS .....	105
<i>Thiago Rodrigues e Beatriz Caiuby Labate</i>	
A LEI DE DROGAS NA COMPOSIÇÃO DO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL .....	141
<i>Karina Biondi</i>	
CARROS, DROGAS, SEGUROS: NEGÓCIOS ARTICULADOS .....	169
<i>Gabriel de Santis Feltran e Filipe Moreno Horta</i>	

AS DINÂMICAS FACCIÓNAIS DO CRIME NO RIO DE JANEIRO E O ADVENTO DAS “UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORAS” (UPPS) .....	199
<i>Antonio Rafael Barbosa</i>	
A “BURROCRACIA” DA “GUERRA”: A INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS RELACIONADOS AO “TRÁFICO DE DROGAS” NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.....	223
<i>Flavia Medeiros</i>	
PACIFICAÇÃO, MILITARIZAÇÃO E A “GUERRA ÀS DROGAS” NO BRASIL .....	251
<i>Thiago Rodrigues e Beatriz Caiuby Labate</i>	
ENCARCERAMENTO E MEDICALIZAÇÃO: TÉCNICAS DE PRODUÇÃO E DE GESTÃO DO SOFRIMENTO .....	287
<i>Fábio Mallart</i>	
“PACOTE DE DIREITOS” E REPRESSÃO NA “CRACOLÂNDIA” PAULISTANA: DOIS ANOS DO PROGRAMA DE BRAÇOS ABERTOS (JAN 2014-JAN 2016) ....	311
<i>Taniele Rui</i>	
NOTAS SOBRE A LÓGICA BÉLICA DAS POLÍTICAS ESTATAIS E EVANGÉLICAS NO COMBATE AO CRACK EM SÃO PAULO .....	341
<i>Deborah Rio Fromm Trinta</i>	
SOBRE OS CONTROLES EM TORNO DO CONSUMO DE DROGAS: UMA REFLEXÃO SOBRE A “INDÚSTRIA DE TRATAMENTO DAS DROGAS” .....	371
<i>Frederico Policarpo</i>	
PLANTA, DROGA ILEGAL E REMÉDIO: NOTAS SOBRE O USO MEDICINAL DA MACONHA NO RIO DE JANEIRO .....	395
<i>Emilio Figueiredo, Frederico Policarpo e Marcos Verfissimo</i>	
ALGUNS DESAFIOS PÓS-PROIBICIONISTAS: O CASO DA REGULAÇÃO DA MACONHA.....	419
<i>Maurício Fiore</i>	
SOBRE OS AUTORES.....	445

# PREFÁCIO

*Vera da Silva Telles<sup>1</sup>*

De partida, que se diga: no correr dos quatorze capítulos deste livro notável, o leitor faz uma experiência de leitura – sim, é uma experiência, em sentido forte – ao acompanhar a tessitura de argumentos que desmontam ponto a ponto, passo a passo, sob aspectos variados, os clichês e simplificações binárias que povoam os discursos correntes sobre o “problema da droga”, no mais das vezes associado à Violência e ao Crime Organizado (assim mesmo, em maiúsculas), esses termos hipostasiados que se apoiam em estigmas arraigados, que engendram medos urbanos (pânicos?) e que compõem as narrativas a justificar repressão, formas de controle e práticas punitivas acionadas em nome da “guerra às drogas”. Algo como uma linha transversal, perpassando as diversas facetas e dimensões do problema, esse livro, em cada um dos capítulos, sob o prisma e perspectiva trabalhada por cada um de seus respectivos autores, vai conduzindo o leitor a se inteirar de um universo amplo e multifacetado de questões envolvidas nas chamadas drogas ilícitas, em que não estão ausentes, muito pelo contrário, dissonâncias, propostas alternativas e em disputa, visões diferenciadas, experiências e práticas inusitadas de regulação de drogas psicoativas.

---

1. Departamento de Sociologia USP.

Esse livro nos faz entender as vias pelas quais a questão das drogas se constitui e é construída como um problema em um campo histórico e político, ele próprio decifrado em suas diversas camadas, em que se articulam história e as conjunturas nacionais nas quais proibicionismo se instala como política e dispositivo de controle de populações urbanas, perspectivas morais e tecnologia de governo, práticas sociais e políticas de segurança; em um outro plano, os nexos entre o proibicionismo e os intrincados jogos de poder em torno do mercados ilegais que se articulam em favelas e periferias (não só) e que se ramificam pelos meandros da economia urbana em suas articulações com outros ilegalismos; a política de drogas, o embaralhamento dos tipos sociais – e penais – do Traficante e do Usuário e seus nexos com o encarceramento em massa, afetando os modos de gestão, estatais e não estatais, legais e ilegais, das população carcerária; no campo dos programas sociais voltados ao controle dos usos e usuários de drogas ilícitas, encontramos formas de gestão de populações feitas de uma composição ambivalente, ou nem tanto, entre repressão e “cuidados”, entre a lógica bélica contra Tráficos e Traficantes, e “proteção” aos Usuários, entre formas de controle dos usos de drogas e a criminalização expansiva de uns e outros.

O fio que articula toda essa discussão, em suas diversas facetas e dimensões, é a questão do proibicionismo, seus efeitos e seus desdobramentos no que diz respeito aos dispositivos de segurança e controle das populações urbanas, às atuais políticas de drogas, bem como as configurações do chamado narcotráfico e seus nexos com a violência urbana. É a proposta dos organizadores desse livro, Beatriz Labate e Thiago Rodrigues, e é questão por eles trabalhada em três capítulos de sua autoria. Como dizem os autores, o paradigma proibicionista e a guerra às drogas lançada pelos Estados Unidos no início dos anos 1970, “deu vazão a leis penais, fez agigantar aparatos repressivos estatais, promoveu um regime internacional de controle das drogas e viu surgir um grande mercado transnacional do narcotráfico” (capítulo 2). Entre as várias questões lançadas pelos autores, vale a pena situar três pontos, especialmente importantes para esse debate.

Primeiro, os autores oferecem um plano de referência que permite situar a questão, tal como se configura no Brasil, em perspectiva transnacional, mostrando passo a passo como as leis penais e as políticas de segurança estão aqui, e sempre estiveram, em fina sintonia com um modelo repressivo internacional, regido pelo primado da “guerra às drogas” lançada pelos Estados Unidos e consagrada em tratados e convenções internacionais, projetando as chamadas drogas ilícitas como problema de segurança internacional (capítulos 2 e 3). Segundo, a abordagem proposta: entre injunções internacionais e contextos históricos de cada país, trata-se de entender o modo como a questão das drogas foi construída como problema moral, como problema de saúde pública, como problema de segurança pública, de segurança nacional e de segurança internacional – cinco planos de análise que se compõem de formas diferenciadas em cada país. E é isso o que os autores mostram ao colocar em perspectiva comparativa o modo como o proibicionismo se configurou historicamente nos Estados Unidos, no México e no Brasil (capítulo 2). Terceiro: nas trilhas de Foucault, os autores propõem um marco analítico que situa a “guerra às drogas” no campo da biopolítica das populações, quer dizer, tecnologias de governo dos indivíduos e populações. É sob esse prisma que os autores analisam os dispositivos de controle das populações urbanas e seus espaços, tal como estes se configuraram em contextos históricos distintos, mobilizando práticas sociais, juízos morais, leis e tipos penais (capítulo 2). E é nessa chave que os autores situam a lógica militarizada que preside forma de gestão de populações urbanas e seus espaços, ditos “áreas de risco” a serem “ocupadas” e “pacificadas”, termos estes de clara matriz militar; se isso se apresenta de forma espetacularizada na experiência recente das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs, no Rio de Janeiro, é algo que tem um largo lastro em uma história de longa duração de repressão de populações pobres e negras em favelas e periferias urbanas, convertidas nas figuras de inimigos – inimigos públicos, inimigos morais – a serem combatidos, ou exterminados (capítulo 8).

De forma direta ou transversal, cada capítulo deste livro oferece um prisma pelo qual essa questão é e pode ser trabalhada,

de tal modo que, no seu conjunto, o leitor haverá de encontrar não uma coletânea (mais uma) a apresentar um painel ampliado do “problema da droga”, mas uma discussão vigorosa que vai se delineando sob a luz das perspectivas trabalhadas por cada um. E não se trata de uma discussão qualquer, mas uma discussão que marca e demarca um campo de referências empíricas e analíticas e é nisso que esse livro chega para pautar um debate mais do que urgente no cenário atual.

No capítulo que abre o livro, Henrique Carneiro recua no tempo e nos faz ver as ressonâncias entre o paradigma proibicionista contemporâneo e a experiência da proibição do álcool nos Estados Unidos, que vigorou nesse país por 13 anos (1920-1933). Temos aqui o trabalho fino de historiador, que reconstrói a gênese do movimento proibicionista, suas matrizes, suas evoluções naqueles anos e as circunstâncias sócio-históricas em que o paradigma biomédico então vigente e um moralismo repressivo se compõem e se combinam em formas de controle sobre camadas suspeitas, operários e populações urbanas. Mas essa história é também a história de suas derivas (multiplicação de alambiques clandestinos, corrupção policial, prisões e mortes em função de guerras de gangsters). É sobretudo a história de um fracasso, cujos elementos são cuidadosamente trabalhados pelo autor. Se tudo isso nos interessa não é apenas por trazer à luz uma história pouco conhecida e pouco estudada. Na verdade, sugere o autor, no debate contemporâneo internacional há algo como um obscurecimento ou mesmo omissão interessada dessa história, história de um fracasso, subtraindo da discussão “uma análise mais consistente das origens da proibição, do seu auge e de sua decadência ao longo das três primeiras décadas do século XX”. Agora, a mesma lógica é replicada e amplificada em versão global expandida sob o primado da guerra às drogas, também ela um fracasso retumbante, em escala internacional e nos contextos nacionais de cada país, sem que a experiência anterior da Lei Seca estadunidense compareça como um antecedente que precisaria ser incorporado nos debates hoje correntes – é um silenciamento que dá o que pensar.

Na outra ponta, agora, já nos tempos atuais, programas voltados a usuários de drogas psicoativas, trazem as marcas do proibicionismo e só podem ser entendidos se levarmos em conta o modo como se compõem com a face punitiva-penal das políticas de drogas. Como bem nota Frederico Policarpo (capítulo 12), a proibição das drogas tem implicações para além da criminalização, tem efeitos que vão além da oposição binária entre o proibido e o permitido, o legal e o ilegal. Na medida em que a proibição se instala, outras formas de controle se produzem, ao mesmo tempo em que faz surgir uma imensa “indústria de tratamento de drogas” – um dispositivo, como diria Foucault, mobilizando normas e saberes médicos, psicológicos e assistenciais, profissões e especializações, instituições e técnicas de atendimento. Lei e instituições repressivas, práticas normalizadoras e instituições de tratamento compõem um mesmo movimento, um mesmo campo que tende a se repor, se expandir, a se retroalimentar e ampliar o espectro da criminalização de sujeitos capturados em uma malha diversificada de controles e vigilâncias. É esta a lógica que o autor trata de descortinar, em perspectiva contrastiva, em programas estudados em San Francisco, EUA e no Rio de Janeiro. As diferenças entre uns e outros são esclarecedoras das matrizes sócio-históricas de cada país e dos contextos locais em que esses programas se instalam. Mas são essas diferenças que permitem explicitar os nexos que articulam, de formas diferenciadas em cada lugar, saberes biomédicos, leis penais e práticas punitivas, entre encarceramento expansivo e as formas de controle de populações suspeitas, entre os dispositivos normativos próprios a cada um desses programas e a criminalização crescente de populações urbanas.

Esses programas, e outros, nos locais em que são implantados, podem ser vistos como lócus privilegiados para se apreender e entender o modo como diferentes dispositivos de poder se combinam, de formas diferenciadas conforme lugares e circunstâncias, entre o uso da coerção (e violência) e o policiamento das condutas, entre vigilância e punição e, nos casos aqui em tela, entre encarceramento e “cuidados”. Este trânsito e circularidade entre diferentes dispositivos de poder é

algo de que se pode seguir os traços – e traçados – em torno do Programa *De Braços Abertos* (DBA) implantado na gestão Fernando Haddad (PT), no governo municipal de São Paulo (2013-2016) na região conhecida como Cracolândia, no centro da capital paulista. Celebrado como uma proposta inovadora e progressista, que prometia introduzir uma lógica de atuação ao revés, e em oposição, às ações higienistas e repressivas então (e ainda) predominantes, é do ponto de vista das suas práticas e nos contextos situados da ação de seus operadores, que se faz ver toda sorte de ambivalências e ambiguidades que o atravessam. É questão discutida por Taniele Rui (capítulo 10). É esta uma questão intrincada. Se remete à “heterogeneidade das ações públicas e do Estado contemporâneo voltadas a esses sujeitos” e que a autora trata de deslindar, o fato é que as possibilidades de uma ação progressista nesse terreno são travadas, enfatiza Rui, pelo marco proibicionista vigente. E é isso que se mostra na polarização entre *traficantes e usuários* que rege esse programa (e todos os outros) sob tipificações também elas ambivalentes, na própria medida em que as diferenças entre uns e outros se esfumam nas práticas correntes e nos contextos situados em que se dão as interações, as trocas e intercâmbios dos indivíduos que por aí circulam e se movimentam por entre as microssituações que fazem a tessitura desses lugares. Trata-se de uma clivagem produzida, engendrada, pelos modos operatórios do programa, assim como pela ação policial. Uma clivagem produzida nos contextos situados em atuam os operadores desse programa, tanto quanto das forças policiais em suas intervenções pontuais no local. E é uma clivagem que decide as destinações de uns e outros, repressão e encarceramento para uns, “pacote de direitos” e “cuidados” para outros. Nas “modalidades combinatórias” e nos “nexos constitutivos” entre direito e repressão, entre cuidado e controle, entre compaixão e ordem, propõe Taniele, temos talvez uma chave para entender as formas contemporâneas de gestão da precariedade.

Deborah Fromm, por sua vez, em diálogo com questões discutidas por Beatriz Labate e Thiago Rodrigues nesse livro, mostra que a lógica bélica e a metáfora da guerra transborda amplamente

os dispositivos policiais-militares de combate à droga. É uma categoria e um repertório de ação que circula amplamente entre agências governamentais, operadores sociais, gestores urbanos, forças policiais, de tal maneira que é o próprio conflito social que se transfigura nas imagens da guerra, no mesmo passo em que as populações pobres habitantes de favelas, periferias urbanas e “áreas de risco” são postos como inimigos a serem combatidos e seus espaços, territórios a serem ocupados, e “pacificados”. O crivo pelo qual a autora conduz a discussão é a ação missionária de uma igreja batista muito presente e muito atuante na região da Cracolândia paulista. No registro da prática missionária, voltada à conversão religiosa dos que foram pegos pela maldição da droga, a salvação passa pelas vias de uma “guerra espiritual”, que projeta o usuário como figura demonizada, em uma peculiar tradução em termos simbólicos e religiosos da criminalização e estigmas que recobrem a figura do usuário. Como diz a autora, “os processos de criminalização e ‘diabolização’ são importantes vetores da criação do inimigo comum central na cosmologia da chamada ‘guerra às drogas’, da mesma maneira que potencializam a representação social do conflito social como guerra, a qual, de maneiras distintas, Estado e evangélicos partilham”. A questão é importante, mais do que importante, dada a crescente participação evangélica no mercado de tratamento para “dependência química”, assim como em um leque diversificado e amplo de atuação voltada à conversão de todos quantos parecem estar capturados pelo terreno do mal – presidiários, ex-detentos, alcoólatras, travestis, essas e outras tantas figuras que comparecem no teatro da guerra espiritual exercida em nome de sua salvação.

Traficantes e Usuários: tipos sociais, tipos morais, tipos penais. Enquanto constructos sociais e tipificações, essas categorias são inteiramente tributárias do paradigma proibicionista. E operam como categorias práticas, repertórios de ação mobilizados por forças policiais e operadores de programas sociais nos contextos situados em que atuam. É isso o que se faz ver em filigrana nas experiências estudadas pelos autores nos capítulos acima comentados. Mas são também categorias práticas operantes nos modos como, no interior das burocracias policiais, se fazem

a classificação e o registro das situações e crimes investigados, em particular o que envolvem mortes violentas. Necropolítica, diz Flavia Medeiros, ao analisar os procedimentos, formalidades e valores morais que regem o modo como policiais lidam com essas situações em uma Divisão de Homicídios da Polícia Civil no Rio de Janeiro (capítulo 7). A figura do Traficante aqui comparece como categoria de registro e classificação dos mortos envolvidos. E é acompanhada, como seu corolário, da “guerra” como categoria de registro das situações investigadas (guerra de tráfico, confrontos e os chamados autos de resistência). Longe de ser apenas uma metáfora, a “guerra” é construída como verdade, verdade objetivada nos registros formalizados no interior das agências policiais, uma guerra da qual os policiais se veem como participantes, na qualidade agentes do Estado em seu controle e administração.

Em que pesem avanços relativos (aliás, bem relativos) da nova Lei de Drogas promulgada em 2006 em relação ao que antes vigorava, ela não foi suficiente, muito pelo contrário, para desativar a lógica da guerra, tampouco as implicações envolvidas no binômio Traficantes e Usuários. Beatriz Labate e Thiago Rodrigues nos entregam uma análise cuidadosa e meticulosa das circunstâncias, movimentos e atores envolvidos nos debates, propostas alternativas, posicionamentos críticos e outros defensivos que estiveram na origem da formulação e promulgação dessa lei, bem como as armadilhas nela contidas, que repõem ênfase punitiva e atualizam sob novas modalidades a abordagem médico-jurídica sobre drogas e “usuários” (capítulo 3). Ponto de inflexão em uma longa história das políticas de drogas no Brasil, que os autores tratam de reconstruir e discutir, bem como seus desdobramentos nos anos que se seguiram, a nova Lei de Drogas é certamente um parâmetro e referência para a discussão das questões aqui em tela. De partida, os efeitos aparentemente (só aparentemente) paradoxais de uma lei que ao despenalizar o usuário de drogas psicoativas, propôs deslocar a ênfase puramente repressiva das políticas anteriores, mas que resultou em um superencarceramento de populações urbanas acusadas do “crime de tráfico”. Ao mesmo tempo em que a lei aumenta as penas para os traficantes, “deixou

abertos espaços para a ambiguidade e discricionariedade das autoridades policiais e judiciais em definir quem se enquadrava nas categorias de ‘traficantes’ e ‘usuários.’” Não são poucas as vozes críticas, balizadas em informações qualificadas e pesquisas sobre o tema. No entanto, menos conhecido é o modo como esse encarceramento expansivo afeta as populações urbanas, menos ainda o modo como isso redefine as práticas de gestão de uma população carcerária cujo perfil se altera em relação a anos anteriores, ao mesmo tempo em que potencializa ao extremo os dramas da superlotação das unidades prisionais.

De um lado, as práticas e dispositivos de aprisionamento se impõem, cada vez mais, como mecanismos de gestão de populações indesejáveis. É questão discutida por Fabio Mallart ao seguir as trajetórias de homens e mulheres feitas de um trânsito constante e reiterado, frenético, diz o autor, entre a prisão e rua, de tal maneira que a experiência carcerária termina por se constituir em marca indelével da própria experiência urbana. Mas entre a prisão e a rua delineiam-se circuitos que não são simples e unívocos, pois são também construídos e demarcados por outras tantas instituições de confinamento e retenção dessa população circulante. Como diz o autor, são homens e mulheres que transitam constantemente “entre a rua, periferias, unidades de internação para adolescentes, prisões, albergues, comunidades terapêuticas, Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, serviços de atenção e regiões como a *cracolândia*”. Nisso que parece ser uma versão atualizada e redefinida sob outras lógicas da “cidade carcerária” discutida por Foucault em seu *Vigiar e Punir*, as práticas e tecnologias de gestão dessa população circulante passam também pelo uso recorrente e expansivo de drogas psiquiátricas, quer dizer: “administração química de corpos indesejáveis e perigosos” e “técnica de gestão de sintomas desencadeados pela experiência carcerária e de espaços prisionais sempre superlotados” – tecnologia de controle e gestão, ademais, que dão a cifra das tendências também em curso, já há algum tempo, de uma evidente patologização de comportamentos. Ao seguir os traços dos percursos desses homens e mulheres, Fabio Mallart vai como que delineando uma cartografia urbana

desenhada por essas múltiplas e variadas instituições por onde passam, uma espécie de roteiro lógico, diz o autor, no qual é possível apreender as ressonâncias e conexões entre umas e outras, regidas por práticas e tecnologias de contenção e controle semelhantes, quando não indiferenciadas, uma mesma lógica que coloca em “continuidade diversos aparatos de controle, encarregados, a um só tempo, de punir, reprimir, curar e medicar”.

Por outro lado, sob o prisma do que acontece no interior das unidades de encarceramento, Karina Biondi nos apresenta uma outra cartografia, desta feita, um jogo de relações, lugares e posições que se redefinem com a entrada massiva de indivíduos condenados por tráfico, criminosos do ponto de vista jurídico-policial, mas que não são “do crime” e que, por isso mesmo, tampouco se enquadram ou se ajustam aos códigos, procedimentos e critérios de diferenciações pelos quais se faz a gestão informal, não estatal, da vida interna às prisões, e também do uso de drogas psicoativas pelos encarcerados. Neste jogo de relações, práticas e posições que se redefinem, que se deslocam, Karina Biondi coloca em cena o Primeiro Comando da Capital, o PCC e os modos pelos quais se faz a gestão do “convívio” e se garante a “paz entre os ladrões”, esses termos que circulam por entre a população carcerária, sinalizando a teia relações construídas em microssituações, que dão consistência à existência do PCC e que dizem respeito ao modo como encarcerados e os que são “do crime” conduzem suas existências e lidam com as circunstâncias de suas vidas. Biondi faz uma descrição minuciosa dos micros descolamentos e redefinições dessas práticas e dos agenciamentos redefinidos sob o impacto dos efeitos da nova política de drogas. E com isso a autora lança uma questão crucial e que diz respeito ao modo como a gestão desses espaços, bem como das práticas de circulação e uso de drogas ilegais, se faz sob as formas de um entrelaçamento e conjugação (e não oposição) entre disposições formais e informais, legais e ilegais, também criminosas.

Sob outro prisma, outro “posto de observação”, é essa também questão discutida por Antonio Rafael Barbosa. No caso, na mira do autor estão as reconfigurações do mercado varejista de drogas sob o impacto das UPPs em favelas cariocas. De

partida, o autor discute os modos como os mercados de droga se conformaram nos bairros pobres e favelas do Rio de Janeiro, mostrando uma teia mais do intrincada e diversificada de relações, composições, alianças e negociações que articulam as chamadas facções do crime e os grupos locais que tocam a “firma”; entre o crime e as corporações policiais, e as variadas formas pelas quais se fazem os acordos dos quais depende o funcionamento da “boca”; entre os mercados da droga e outras especialidades do crime, com *modus operandi* próprios a cada uma, mas também com limiares, pontos de conexão e passagem entre umas e outras. Nesse cenário multifacetado, a polícia faz parte da dinâmica do comércio de drogas: seja pela prática do “arrego” e outras tantas modalidades de acordos e extorsão que compõem os modos de regulação dos mercados locais; seja pela implicação de forças policiais no mercado de armas, também ilegal, que alimenta a guerra entre facções pelo controle de territórios; seja ainda pelos efeitos das investidas violentas das forças policiais voltadas ao extermínio, “efetuando uma forma perversa do controle biopolítico”, melhor dizendo tanapolítico, que atinge sobretudo os jovens pobres e negros moradores desses lugares, mas que também impõem barreiras e formas de controle que afetam e redefinem as territorialidades locais por onde esses mercados se instalam. Esse jogo de relações e interações, agenciamentos e suas territorialidades se redefinem e se refazem sob outras formas sob o impacto das UPPS, na medida em que se alteram formas de controle, afetando as várias facetas das relações entre polícia, traficantes, usuários de drogas e moradores. O fato é que as UPPs “elevam a um novo patamar a militarização do controle policial, transformando-o em principal dispositivo de gestão urbana nas favelas e comunidades pobres da cidade”. A vida cotidiana desses lugares é amplamente afetada em várias de suas dimensões. Quanto aos mercados ilegais, a “pacificação” teve como contrapartida um crescimento do poder dos policiais nas ambivalentes negociações, entre acordos e extorsão, em torno dos negócios da droga, ao mesmo tempo em que os grupos locais do tráfico redefinem, deslocam e refazem os pontos de venda

sob outras formas e modalidades, outras territorialidades, outros locais.

Como se vê, a partir dos modos de funcionamento dos mercados locais de drogas vai se desdobrando uma teia cerrada de relações, “redes políticas e relacionais”, como diz o autor, sem as quais é impossível entender o tráfico de drogas, bem como os dispositivos de controle e policiamento desses lugares. É todo um universo social e político que se tece por entre as redes rizomáticas do tráfico, encrustadas no tecido urbano e circunstâncias locais dos lugares em que se instalam. Como diz o autor, o rizoma é a característica de uma rede “que permite que seja rompida em qualquer parte e volte a se refazer rapidamente”, de tal forma que, nesse caso, outras conexões se formam sempre que um de seus elos se rompe por conta da intervenção policial. Sob um outro foco, outro prisma, é possível apreender outras tantas redes, também elas rizomáticas, cujos nós são feitos de relações e agenciamentos locais que operam como condutos pelos quais os negócios da droga passam a compor e a interagir com as economias urbanas, por conta das conexões e intersecções com outros mercados que se estruturam nas fronteiras embaralhadas do legal e ilegal, e do crime. “Carros, drogas, seguros: negócios articulados”, título de capítulo de autoria de Gabriel Feltran e Filipe Horta, pode ser tomado como fórmula sintética mas bastante expressiva das questões discutidas pelos autores (capítulo 5). Aqui, o tráfico de drogas comparece sob um outro jogo de escalas e outras conexões nos meandros de uma economia urbana que, sob a expansão pulsante do mercado automobilístico nos últimos anos, também viu crescer os mercados populares, informais e ilegais, de automóveis usados, roubados, furtados, clonados, desmanchados. No caso, uma rede ampla de negócios e agenciamentos nebulosos, e que vem sendo, agora, mais recentemente, disputada pelas seguradoras interessadas no lucrativo mercado de carros usados, em boa medida impulsionado pelos intrincados circuitos dos desmanches, cujos agenciamentos também nebulosos estão também em disputa. Os autores tratam de deslindar as vias pelas quais se tecem as conexões entre esse mercado e o tráfico de drogas que, nesses últimos anos, também mudou de escala na

medida em que membros do PCC passam a atuar no atacado e ampliar sua inserção em outros mercados. As cifras em jogo são altíssimas, é uma imensidão a ordem de grandeza dos valores circulantes nas interconexões desses mercados. Com isso os autores colocam em tela a dimensão propriamente mercantil dos mercados ilegais, em particular dos mercados de drogas – lacuna considerável nas discussões e pesquisas sobre drogas e facções criminosas, desenvolvidas nos últimos anos. Sendo assim, sob essa ótica, a regulação desses mercados, regulação em disputa, foco das questões discutidas pelos autores, desdobra-se nos termos de uma “guerra mercantil”, muitas vezes violenta, que coloca em cena distintos atores, legais e ilegais, pela apropriação dessa riqueza circulante ou, para falar com mais propriedade, do lucro gerado pelas “cadeias de valorização” engendradas nos circuitos entrelaçados, e em disputa, desses mercados e que os autores tratam de deslindar.

Retomando os termos propostos por Beatriz Labate e Thiago Rodrigues, a “guerra às drogas”, em suas múltiplas facetas, compõe o campo da biopolítica das populações. No correr dos capítulos aqui comentados o leitor vai se apercebendo da ordem e escala dos problemas que se constelam nas dobras e desdobramentos das formas de controle, entre repressão e tanapolítica, dispositivos de contenção e punição, governamentalização e criminalização de indivíduos e populações. E é daqui, seria possível dizer, que saem os vetores e linhas de força que também configuram um campo de problematização que, hoje, mobiliza um amplo leque de atores de alguma forma concernidos pelo “problema da droga”, melhor dizer, o dispositivo das drogas. O debate está aberto. É esse campo de problematizações que os autores analisam, seguindo as linhas mestras que conformaram, nos últimos anos, políticas de segurança e suas intersecções com dispositivos jurídico-legais e programas de combate às drogas, postos cada qual, ponto a ponto, sob o foco de um aguçado crivo crítico (capítulo 3).

Nesse cenário marcadamente punitivo e conservador, atravessado pela lógica militarizada de gestão de populações e espaços urbanos, consensos estabelecidos são como que trincados por vozes dissonantes que fazem circular, e cada vez

mais amplamente, propostas, movimentos, debates, associações, experiências e experimentações que, no correr desses anos, como dizem os autores, aumentam “o tom e potência dos debates em torno de políticas de drogas alternativas ao proibicionismo”. Os movimentos antiproibicionistas no Brasil não são de hoje, já tem uma história que vem se desenrolando desde os anos finais da década de 1970, construindo um campo multifacetado feito de grupos de militância, coletivos ativistas, centros de pesquisa, redes, ONGs, associações e instituições, ao mesmo tempo em que a pesquisa acadêmica sobre o tema ganha envergadura e ressonância nos debates (capítulo 3). Um dos fios dessa história pode ser puxado e desdobrado em torno das experiências, práticas e proposições da Associação Brasileira para Cannabis – ABRAcannabis. É questão tratada por Emilio Figueiredo, Frederico Policarpo e Marcos Veríssimo (capítulo 13). A descriminalização da maconha, a legalização de seu cultivo e importância de seus usos medicinais estão hoje em pauta no cenário contemporâneo, também no Brasil. Mais do que tomar partido neste debate, os autores fazem ver que, sob essas bandeiras, se descortina um campo de atuação e de invenção política, articulado por um conjunto de coletivos que, desde já um bom tempo, vem se empenhando em práticas e experimentações alternativas, de cultivo e uso da maconha, em fina sintonia com experiências e outros tantos coletivos atuantes em outros países. Com isso, os autores mostram todo um campo político, feito de experiências, de propostas, de práticas, também de embates no cenário político. Para além das questões jurídico-legais envolvidas, é também uma disputa no campo da produção das verdades, saberes e expertises outras em torno da maconha, um campo de debates e embates que terminou por articular ativistas, profissionais e pesquisadores de diferentes áreas (biólogos, advogados, antropólogos, entre outros). São esses diversos fios e vetores que os autores deslindam ao reconstruir história, práticas, experiências e propostas da ABRAcannabis, fundada em 2015, no Rio de Janeiro.

Neste campo do antiproibicionismo, em suas experiências e experimentações, nas suas formas de articulação, de atuação, também invenção política, tal como nos é relatado pelos autores,

também nas páginas finais do capítulo de Labate e Rodrigues (capítulo 3), seria possível dizer que são agenciamentos coletivos que se fazem nas dobras de dispositivos de controle que afetam vidas e formas de vida de muitos, existências afetadas nas suas possibilidades e nas destinações. Agenciamentos coletivos que mobilizam vidas e corpos afetados, também as microinsubordinações que perpassam esse tecido social e que, tal como linhas de fuga, se conectam e se articulam em práticas e experiências, experimentações práticas e enunciações que desativam os binômios repressão-proteção, traficantes-usuários, suscitando e abrindo outros possíveis inscritos nos interstícios dessas situações. Esta é a potência, seria possível dizer, desses movimentos.

É sempre possível alegar que tudo isso é muito pouco face à escala e dimensões envolvidas no “problema da droga” ou, para sermos mais precisos, face à escala dos interesses e relações de poder inscritas nos dispositivos biopolíticos de controle e gestão das populações, para retomar aqui os termos propostos por Labate e Rodrigues. Mas esses movimentos introduzem uma cunha nos termos correntes pelos quais a questão das drogas é formulada, deslocam o campo das problematizações, incorporando e trabalhando propostas e experiências já em curso em outros países, o que confere especial contemporaneidade aos debates. A questão de outras formas de regulação das drogas está na pauta. Mas, é sempre bom lembrar, o proibicionismo está constelado nas tramas muito concretas do mundo social, é nos seus interstícios que essas propostas experiências circulam, não em um mundo paralelo. E são muitas as armadilhas que rondam essas experiências. E se é verdade, como diz Mauricio Fiore, no capítulo que fecha esse livro (capítulo 14), que o questionamento do proibicionismo já é fato em muitos países, que muitos deles introduziram importantes reformas legais pertinentes à produção, comércio e uso de drogas ilícitas (maconha sobretudo), nem por isso, enfatiza Fiore, as disputas políticas são menores e pouco importantes, muito pelo contrário. De um lado, há sempre o risco de se repor em outros termos “a lógica dicotômica de classificação das drogas”, agora na clivagem entre uma “droga leve” (maconha) e outras. Ou, então,

construir uma ficção equivalente às construídas pelo alarmismo proibicionismo, espelho invertido de um mundo inteiramente liberado das mazelas associadas ao paradigma punitivo-repressivo. Mas os problemas não são poucos. Passando pelo crivo crítico alguns dos pressupostos implícitos do antiproibicionismo, são esses problemas que Fiore analisa, ponto a ponto, ao propor dez tópicos, parâmetros a serem levados em conta em propostas de regulação do mercado de drogas psicoativas.

Foi dito nas primeiras linhas desta apresentação que este livro nos propicia uma experiência de leitura. Pois vai conduzindo o leitor por entre as várias dimensões e facetas do “problema da droga”, para então ele se aperceber do campo político e alternativas que se descortinam a partir dos embates contra e para além do paradigma proibicionista reinante. Na verdade, um campo em que a pesquisa, a militância e o ativismo se articulam na tessitura de um livro que é também, por isso mesmo, uma tomada de posição não apenas pela crítica refletida que nele se desenrola, mas porque é nisso que se descortinam os possíveis inscritos na situação atual, indicados por práticas, experiências e experimentações, propostas e outros parâmetros lançados ao debate. Essa a potência de um livro que é, ele próprio, ponto de condensação de uma já larga experiência de pesquisa e militância, cujos marcos mais importantes são apresentados na Introdução escrita pelos seus organizadores. Um livro que, por isso mesmo, interpela o leitor na própria medida em que sua publicação, mais do que apenas um evento editorial, é um chamado a um engajamento, também refletido, nos debates e embates que se abrem em torno do assim chamado “problema da droga”.

# U Introdução SOS E POLÍTICAS DE DROGAS NO BRASIL EM PERSPECTIVA

*Beatriz Caiuby Labate  
e Thiago Rodrigues*

## *Um livro-bomba*

Em uma entrevista concedida em 1975, Michel Foucault respondeu a Roger Pol-Droit que um livro pode ser como “um vento verdadeiramente material (...) que faz estourar portas e janelas (...) um explosivo eficaz como uma bomba e bonito como fogos de artifício” (Pol-Droit 2006: 69). Assim pensava o filósofo que fez dos seus escritos acontecimentos éticos e estéticos sempre voltados a problematizar questões urgentes. Livros corajosos no método, nos ângulos de leitura, nos modos de expor lutas e sujeições: livros desassossegados nas temáticas trazidas à frente da cena e bravos na escolha dos alvos a serem enfrentados. A cada texto, uma ou mais frentes de combate atizadas com desassombro, mas sem tristeza, mesmo que a coisa que se combatesse fosse abominável, como recomendou o próprio Foucault no belo prefácio que escreveu, em 1971, ao livro “O Antiédipo” de Deleuze e Guattari (Foucault, 1993). Diante dos horrores do mundo, não sucumbir ao niilismo

ou render-se à utopia; não desesperar na imobilidade, tampouco escapar do presente projetando um mundo melhor num futuro distante. Estar no mundo e engajar-se com ele, munido de armas, de bombas, mas animado por belezas e prazeres.

Um livro que interessa aos tempos atuais tem que visar essa precisão e coragem na luta. Em primeiro lugar, porque vivemos tempos de excesso de dados, voragem de imagens e overdose de informações que nos privam do tempo da reflexão e chamam o tempo todo ao imediatismo e à instrumentalização do trabalho intelectual. Milhares de livros são publicados sem que sejam lidos e muitos acadêmicos se transformam em colunistas de blog ou âncoras de programa de TV, com trinta segundos ou duas dúzias de caracteres para dizer algo que seja tido como atraente e “inteligente”. Em segundo lugar, porque somos mulheres e homens que atravessam uma época de incontáveis violências que explicitam a continuidade ou a ampliação de misérias, privações e degradações de milhões de pessoas em todo globo, mesmo com toda a difusão de direitos e de políticas inspiradas num humanismo cosmopolita.

Um dos aspectos mais marcantes da vida nesse começo de milênio, campo para muitas dessas violências e misérias – mas, também, de prazeres e experimentações – é o chamado “problema das drogas”. São poucas as questões que hoje em dia polarizam tanto posturas e que mais exaltem opiniões. Para muitos, as “drogas” são a expressão do “mal”, da “perdição moral”, “doença” da alma e do corpo. Para outros, são o caminho para a “verdade”, para a “libertação”, para a “cura” ou para a experimentação de estados de consciência inusitados e sedutores. E nesse ambiente, os debates consistentes sobre as “drogas” são exíguos. Há muita confusão, desinformação e amplificação de ideais pré-concebidas que atravessam todo o corpo social. É notável como aparentemente todo mundo tem uma “opinião” para dar sobre “drogas”; como pessoas dos mais diferentes ambientes e formações têm algo a dizer sobre o assunto, sobre como conhecem alguém que “usa

drogas” ou alguém que foi morto ou preso. A “questão-drogas” provoca muitas reações e polêmicas, geralmente marcadas pelo desconhecimento, pelo preconceito e pelo moralismo mas, também, por certa glamourização e apologia. Em suma, muito se fala sobre drogas, pouco se reflete sobre elas.

Para começar, a extrema falta de precisão conceitual consagrada nas páginas de jornais e revistas, nas notícias televisivas, nas conversas sociais, e até mesmo em livros de “especialistas”. Fala-se em “drogas”, no plural, como sinônimo para as substâncias proibidas por lei e supostamente malévolas por natureza. As drogas legais são “remédios” e as ilegais, “drogas”. Dentre elas, substâncias com composições químicas e efeitos fisiológicos muito diferentes – como a cocaína, o LSD e a maconha, por exemplo – são reunidas numa grande categoria comum do “perigo” e da “enfermidade”. A literatura sobre drogas disponível no Brasil tampouco ajudou a adensar o debate sobre as substâncias psicoativas, pois foi monopolizada por muitas décadas por psiquiatras e juristas. Com raras exceções, esses profissionais da saúde e do direito emolduraram os preconceitos mais comuns e venais com os galardões de suas áreas de saber.

Dos anos 1970 ao início dos anos 2000, estudos e problematizações sobre as substâncias psicoativas, legais ou ilegais, povoaram apenas recantos das chamadas Ciências Humanas. Trabalhos heroicos de pesquisadores como, dentre outros, Gilberto Velho, Edward MacRae, Edson Passetti, Henrique Carneiro, Alba Zaluar, Julita Lemgubrer e Júlio Simões trouxeram, pela primeira vez, fundamentos para análises sobre usos e práticas relacionados às drogas e aos mercados ilegais dessas substâncias pelas lentes da antropologia, da sociologia, da história e da ciência política. Impulsionados por esses trabalhos seminais, uma nova geração de pesquisadores, formada por essa inicial, fez com que a “questão das drogas” efetivamente adentrasse os portões da academia brasileira. Era a segunda metade dos anos 1990, tempos nos quais o Brasil deixava de ser encarado como

um país secundário na dinâmica internacional do narcotráfico, apresentando um significativo aumento do consumo de drogas ilícitas, um incremento nas movimentações financeiras ilegais, uma potencialização das conexões de máfias transterritoriais e o endurecimento dos confrontos urbanos entre facções e gangues nas principais favelas e periferias do país.

Pequenos grupos de pesquisadores foram formados na virada do novo milênio, com destaque para o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), fundado numa fria noite paulistana, em 2001, no apartamento onde então vivia Beatriz Labate. Do punhado de pesquisadores que ali esteve, quatro estão nesse livro: Henrique Carneiro, Mauricio Fiore, além dos dois organizadores da presente obra. A diminuta trupe pesquisava “drogas” e tinha, em comum, uma atitude de enfrentamento com o proibicionismo, ou seja, o questionamento frontal das políticas de ilegalidade que atingiam uma grande quantidade de psicoativos. Apesar disso, o grupo não era homogêneo. Muitas eram as perspectivas sobre o problema, assim como eram variadas as experiências de vida, pesquisa e militância. As discussões eram frequentes e os encontros vibrantes. Os primeiros textos, artigos e livros foram surgindo e o próprio NEIP transformou-se numa página de internet que logo se metamorfoseou num inédito banco de dados sobre o tema e numa rede virtual de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

Cursos livres, debates e simpósios foram organizados e uma importante publicação foi concretizada em 2008: o livro “Drogas e Cultura: Novas Perspectivas”, organizado por Beatriz Labate, Sandra Goulart, Mauricio Fiore, Edward MacRae e Henrique Carneiro (Goulart e MacRae são outros dos fundadores do NEIP). O extenso volume, publicado pela editora da UFBA e pelo Ministério da Cultura, foi o primeiro grande esforço sistemático a reunir pesquisadores das ciências humanas para tratar da questão das drogas sob diversos prismas. O princípio geral do livro não era o de deslegitimar as abordagens médicas ou da área da saúde mas, sim,

o de afirmar perspectivas de leitura a partir das ciências humanas, reconhecendo a quase inexistência de escritos que dessem voz a abordagens críticas realizadas por cientistas sociais. Oito anos depois, outro grupo mais recente somou-se aos pesquisadores do grupo original do NEIP para produzir o livro “Drogas, Políticas Públicas e Consumidores”, organizado por Beatriz Labate, Frederico Policarpo, Sandra Goulart e Pablo Rosa (Mercado de Letras, 2016). A obra procura refletir sobre as representações acerca do consumo de substâncias psicoativas e discutir instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender os padrões de consumo, seus efeitos e os controles que os cercam.

O livro que hoje o leitor tem em mãos faz parte dessa história. Ele reúne gerações de pesquisadores em ciências humanas e sumariza mais de duas décadas de produção na área. Em suas páginas, autoras e autores engajados no tema a partir dos anos 2000 convivem com alguns dos pesquisadores que já vinham explorando vertentes dos estudos sobre psicoativos no Brasil. A maioria dos aqui presentes vincula-se ao NEIP, direta ou indiretamente, fazendo com que esse livro seja não só uma continuação e atualização daqueles editados em 2008 e 2016, mas um efetivo desdobramento analítico e temático do que foi concretizado na primeira década do século XXI, demonstrando a riqueza e a ampliação do temas e abordagens sobre as drogas legais e ilegais no Brasil.

Esse livro, no entanto, é mais do que isso. De um lado, ele é um efeito direto de um encontro internacional organizado por Beatriz Labate no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) intitulado “Drogas, Política y Cultura: Perspectivas Brasil-México” que nos dias 05 e 06 de outubro de 2015, reuniu em Guadalajara quarenta e três pesquisadores, entre mexicanos, brasileiros e estadunidenses. A qualidade e intensidade das conversações que ali aconteceram foram espetaculares, e motivaram a ideia de que um livro fosse produzido. Não qualquer livro, mas um que registrasse a

produção recente das pesquisadoras e pesquisadores brasileiros que estiveram presentes, sendo uma parte pertencente a uma novíssima geração que terminara há pouco suas teses doutorais. Uma espontânea e comum motivação atravessou os presentes e a ideia tornou-se projeto e, agora, concretiza-se em livro.

O presente livro “Política e Drogas no Brasil: Conflitos e Alternativas” completa não apenas uma trilogia de livros do NEIP, mas também uma trilogia planejada e executada, desde 2012, por Beatriz Labate e Thiago Rodrigues. O primeiro dos livros da dupla, intitulado *Política, Drogas y Sociedad en América Latina y el Caribe* foi publicado em 2015, no México, pela Editorial CIDE, reunindo pesquisadores da América Central, América do Sul e do Caribe com uma proposta inédita: que cada autor ou autora analisasse a história do proibicionismo em seu país e/ou região, indicando os atuais embates, avanços ou continuidades das políticas de drogas. O livro foi pioneiro tanto no papel de dar voz a pesquisadores latino-americanos e caribenhos para tratar de suas próprias realidades, quanto pela abrangência de países e regiões contempladas (mais de vinte). Outras coletâneas publicadas previamente traziam ótimas análises sobre as políticas de drogas na América Latina, mas invariavelmente focando apenas em alguns países – os mais destacados nessa dinâmica – e quase sempre com autores estrangeiros tecendo suas análises sobre tais países.

O interessante resultado desse livro fez com que avançássemos na organização de um segundo livro, reunindo alguns dos colaboradores anteriores e outros novos, com uma proposta geral próxima ao anterior, mas com um espectro de países mais focado que incluiu, dessa vez, os Estados Unidos. O foco também foi mais específico: analisar o papel pioneiro de alguns países da América Latina na transformação de paradigmas da política de drogas internacional. Dessa nova iniciativa derivou o livro *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas*, publicado pela suíça Springer, em 2016 (Labate; Cavnar, Rodrigues, 2016). Agora, depois dos livros em espanhol e inglês, fechamos essa trilogia com um em português dedicado exclusivamente ao Brasil.

Um livro sobre “drogas” no Brasil. Mas que tipo de livro? De imediato, o leitor encontrará um livro *diverso*. Os autores e autoras aqui presentes são cientistas sociais, mas com diferentes procedências. Há historiadores, sociólogos, internacionalistas e antropólogos. Há distintas aproximações teórico-metodológicas e uma articulação orgânica entre reflexões teóricas e pesquisa empírica que faz desse livro uma experiência única de fazer investigativo. É possível navegar através desses capítulos por temas, espaços e experiências raras e, muitas vezes inéditos. Estão presentes vivências dolorosas de pessoas reais, atravessadas pela dureza da vida em que o uso de um psicoativo é marcado por preconceito, violência e degradações. Há a chance de adentrar práticas pouco conhecidas, como a combinação entre ilegalismos e seus diálogos ocultos ao senso comum. Há, enfim, a possibilidade de examinar dados desconcertantes sobre a chamada “guerra às drogas” e a chance de conhecer sua história e seus desdobramentos atuais. Conhecer histórias e dinâmicas que evidenciam o que está geralmente soterrado pelas muitas camadas de senso comum, pseudo-pesquisa e moralismo.

Os capítulos que compõem esse livro tratam o tema das drogas no Brasil abordando questões legais, os efeitos devastadores em termos de repressão, morte e aprisionamento de homens e mulheres. Abordam, também, elementos que passam pelos novos programas voltados ao cuidado com os usuários e seu potencial para desmontar a lógica punitiva que ainda predomina na política de drogas nacional. Atentam para a história dos usos relacionados às drogas psicoativas e de como elas fazem parte do repertório sociocultural brasileiro. Expõem como determinadas práticas locais têm o poder de instituir regras que pautam e controlam o uso de psicoativos sem que seja pela via legal ou almejando alcançar utópicas abstinências. Analisam as tensas relações entre as iniciativas atuais de usuários em nome de práticas livres com

drogas (como o autocultivo de maconha), a continuidade da repressão e as novas possibilidades terapêuticas cada vez mais conhecidas e decodificadas que estimulam um novo patamar nos debates sobre legalização e uso médico de psicoativos ilegais.

Sendo reflexões derivadas de pesquisas acadêmicas densas e continuadas, é possível caminhar junto com os autores e autoras por lugares vedados à maioria dos leitores. Penitenciárias, cadeias, quebradas, bocas-de-fumo, prisões para menores, delegacias de polícia, favelas, hospitais psiquiátricos, centros de atenção psicossocial para usuários de drogas, áreas degradadas dos grandes centros urbanos, cortiços, “cracolândias”, clínicas para tratamento de usuários, igrejas evangélicas... Um universo de experiências, lugares e práticas com psicoativos e, mais do isso, com as pessoas que vivem, sobrevivem e perecem em meio ao proibicionismo.

Em “As Origens do Abstencionismo e da Proibição do Álcool na Historiografia Estadunidense e Alguns Reflexos no Brasil”, Henrique Carneiro faz uma análise detida dos fundamentos morais e religiosos do proibicionismo nos EUA, mostrando nuances dos movimentos que, desde o século XIX, demandavam a repressão de psicoativos, começando pelo álcool. Carneiro esclarece como os movimentos pela “moderação” e “temperança” no consumo se desdobraram em exigências pela abstinência, expondo as raízes históricas e moralistas, este ‘cimento simbólico’, que torna tão difícil combater a Proibição e ainda permite que as drogas sejam um tabu, apesar das inúmeras evidências de que a proibição não seja eficaz e das evidências científicas que problematizam a divisão entre o que é lícito e o que é ilícito.

Em “Proibição e guerra às drogas nas Américas: um enfoque analítico”, Thiago Rodrigues e Beatriz Caiuby Labate apresentam uma primeira aproximação mais abrangente de uma teorização do proibicionismo a partir de uma proposta em cinco níveis de análise que conectam desde a base moralista que fundamenta o proibicionismo – que é detalhadamente exposta por Carneiro – até as dimensões nas quais o “tema das drogas” é construído como um “problema” de segurança pública, nacional e internacional.

Utilizando essa base teórico-metodológica, os mesmos autores traçam, no capítulo seguinte, uma análise da atual política de drogas brasileira, situando-a numa perspectiva histórico-política de modo a mostrar como os níveis de análise se articulam para a formação de um proibicionismo no Brasil que, ao mesmo tempo, responde a estratégias biopolíticas nacionais e ecolíticas globais.

O quarto capítulo, por Karina Biondi, analisa de forma acurada, e baseada em extensa pesquisa de campo, a relação entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a questão das drogas, mostrando como a facção estabelece códigos rígidos de conduta entre seus membros – proibindo o uso de crack nas “suas” cadeias, por exemplo – enquanto consolida o controle do negócio ilegal das drogas nos presídios, favelas e periferias que controla no país. Em “A Lei de Drogas na Composição do Primeiro Comando da Capital”, Biondi apresenta como o estabelecimento de regras locais para regulamentar o consumo de psicoativos não precisa ser, necessariamente, libertário, vindo a ser, como no caso do PCC, voltado ao governo da conduta dos próprios presos por parte dos líderes da facção. Em tempos de expansão do PCC no Brasil e do seu enfrentamento com o Comando Vermelho visando o controle geral dos ilegalismos, o capítulo de Biondi ajuda a compreender e analisar como essa facção lida com as drogas ilegais, ao mesmo tempo como negócio e como alvo de fixação de condutas.

Gabriel Feltran e Filipe Moreno Horta exploram em “Carros, Drogas, Seguros: Negócios Articulados” as conexões entre atividades que são raramente analisadas fora das rasteiras reportagens das páginas policiais. Os autores mostram como parte dos roubos de carros em São Paulo se converte em recursos para a compra de drogas ilegais no Paraguai e na Bolívia e como esse ilegalismo se conecta com outras práticas proibidas numa complexa economia que articula negócios legais e ilegais, mostrando a impossibilidade de separar esses dois âmbitos na dinâmica do capitalismo.

O sexto capítulo, por Antonio Rafael Barbosa, intitulado “As Dinâmicas Faccionais do Crime no Rio de Janeiro e o Advento das “Unidades de Polícia Pacificadoras” (Upps)”, nos traz uma exposição detalhada sobre o impacto desse programa de segurança pública implementado pelo governo estadual do Rio de Janeiro a partir de 2008, sobre as comunidades ditas “pacificadas”. Barbosa, a partir de análise documental e de pesquisa de campo, mostra como a chegada das UPPs mudou a dinâmica das regulações sociais nas comunidades, desmontando parcialmente as redes de assistência e de autoridade instauradas pelo tráfico de drogas sem recompô-las a partir do que se propunha o programa. As UPPs, desse modo, permitiram o oferecimento de serviços privados e públicos, sem abrir mão da gestão militarizada dos territórios ocupados, marcada pela abordagem de moradores, da imposição de toques de recolher e do controle sobre festas, bailes e atividades comunitárias.

Flavia Medeiros, em “A ‘Burrocracia’ da ‘Guerra’: A Investigação de Homicídios Relacionados ao ‘Tráfico de Drogas’ na Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, desenvolve uma análise das práticas de violência perpetradas pelo Estado contra os moradores das comunidades do Rio de Janeiro sob a justificativa de combater o tráfico de drogas. Para a autora, a relação entre Estado e moradores de regiões pobres do Rio se baseia no que qualifica como “necropolítica”, ou seja, uma estratégia de assassinio explícita que é acobertada moralmente pela suposta necessidade de enfrentar o “mal” do tráfico de drogas e que é amparada burocraticamente por um sistema conivente que assume e incorpora uma política de extermínio seletivamente direcionada.

Na sequência, os organizadores desse livro retornam com mais um capítulo, intitulado “Pacificação, Militarização e a ‘Guerra às Drogas’ no Brasil”. Interessa mostrar nesse texto uma genealogia do conceito de “pacificação”, expondo suas procedências desde o século XIX como parte do ethos militar e policial brasileiro, destinado sempre a submeter o “outro” pela via da imposição de uma dada ordem ou da “civilização” forçada de populações tidas

como perigosas. Nesse sentido, os atuais programas de pacificação – quer sejam as UPPs ou as experiências do Exército Brasileiro em favelas no Rio de Janeiro – evidenciam uma estratégia de governo das populações-alvo que vai além do simples extermínio, pois procura impor uma lógica de governo que torne essas pessoas produtivas, integradas e disciplinadas.

O nono capítulo, por Fábio Mallart, chama-se “Encarceramento e Medicalização: Técnicas de Produção e de Gestão do Sofrimento”. O autor acompanha a trajetória de mulheres aprisionadas e, a partir de suas histórias, analisa como se constituem as atuais articulações entre sistema prisional, saberes psiquiátricos e mercado farmacêutico. As terríveis condições das prisões atualizam as práticas de medicalização de modo a tornar os corpos dopados o suficiente para restarem inertes nos fétidos pavilhões. Uma vez soltas, as pessoas antes encarceradas seguem aprisionadas a uma rede de serviços de assistência e saúde, públicas ou privadas, que movimentam uma bilionária indústria de psicoativos legais.

A questão dos cuidados com os usuários, principalmente os mais vulneráveis, retorna no capítulo “‘Pacote de Direitos’ e Repressão na ‘Cracolândia’ Paulistana: Dois Anos do Programa de Braços Abertos (Jan 2014-Jan 2016)”, por Taniele Rui. A autora realiza uma cuidadosa etnografia da “Cracolândia”, território na região central de São Paulo ocupado por usuários de drogas ilícitas, especialmente o crack. Rui mostra as ambiguidades dos programas de assistência a tais usuários, especialmente o “Braços Abertos”, promovido pela prefeitura municipal. Interessa à autora evitar explicações reducionistas ou maniqueístas, típicas dos debates públicos sobre as “drogas”, explicitando como assistencialismo e repressão, compaixão e imposição de uma dada ordem convivem em tensão, evidenciando modos de governar vidas precarizadas entre a miséria absoluta e a criminalização.

O capítulo seguinte, por Deborah Fromm, dialoga diretamente com o de Taniele Rui, estabelecendo fecundas pontes analíticas. Em “Notas sobre a Lógica Bélica das Políticas Estatais e

Evangélicas no Combate ao Crack em São Paulo”, Fromm estuda grupos evangélicos batistas que atuam na “Cracolândia” assistindo usuários de crack. A autora mostra como o discurso da “guerra às drogas” assume uma face explícita de luta contra o “demônio” que deve ser, antes de mais nada, um combate interno do usuário contra a tentação que o habita. Vale notar como a moralização do discurso antidrogas vem associada a uma atividade assistencial que evidencia as bases religiosas do proibicionismo destacadas nos capítulos de Henrique Carneiro e Thiago Rodrigues e Beatriz Caiuby Labate.

O capítulo “Sobre os Controles em torno do Consumo de Drogas: Uma Reflexão sobre a ‘Indústria de Tratamento das Drogas’” é uma precisa etnografia realizada por Frederico Policarpo sobre como se estrutura um grande negócio – o do tratamento de “viciados” – a partir da existência de um outro grande negócio, o tráfico de drogas em si. Policarpo faz uma análise comparada das “drug courts” (tribunais de drogas) em San Francisco, Estados Unidos, e no Rio de Janeiro, para mostrar como funciona um dispositivo de governo das condutas que conecta poder judiciário, sistema prisional, indústria farmacêutica, saberes médicos e um rede clínica-hospitalar especializada em tratar os “condenados” por serem considerados “viciados”. Uma vez mais, a relação entre cuidados, assistencialismo e repressão aparece numa análise amparada em ampla pesquisa empírica.

O décimo terceiro capítulo intitula-se “Planta, Droga Ilegal e Remédio: Notas para um Estudo sobre o Uso Medicinal da Maconha no Rio de Janeiro”. Nele, Emílio Figueiredo, Frederico Policarpo e Marcos Veríssimo narram a história de mães mobilizadas pelo direito de que seus filhos e filhas – que padecem de fortes enfermidades do sistema nervoso central – possam ser tratados com produtos derivados da *Cannabis*. Os autores mostram como o encontro dessas mães com cultivadores de *Cannabis* gerou a possibilidade de produzir práticas especiais no que diz respeito ao cultivo e uso da erva para fins medicinais. Essa questão, de grande

atualidade e ainda sem uma definição no âmbito brasileiro, coloca em discussão o que é legalidade e legitimidade diante da urgência em diminuir sofrimentos e potencializar experiências de vida.

O debate colocado pelo capítulo anterior abre caminho para o texto que encerra o livro, por Mauricio Fiore, intitulado “Alguns Desafios Pós-Proibicionistas: O Caso da Regulação da Maconha”. Especialista nos discursos médicos sobre o uso de drogas e nas complexas questões envolvendo as propostas de legalização das drogas, Fiore expõe os principais dilemas e problemas de uma futura alteração profunda do proibicionismo a partir da discussão sobre a regulação da maconha. Aparecem, por exemplo, o tema da regulação para uso médico e os desafios de avançar para uma legalização mais ampla, que inclua usos recreativos. Fiore, atento às questões políticas e jurídicas, evita análises apologéticas ou otimistas com relação aos possíveis câmbios na política de drogas e procura indicar práticas possíveis em meio ao combate incessante ao proibicionismo.

### *Um livro-arma*

O conjunto de reflexões reunidos nesse livro é um mosaico articulado de perspectivas sobre a questão das drogas no Brasil. Não é uma coletânea de pensamento único mas, sim, encerra fileiras com o pensamento antiproibicionista, procurando mostrar como a busca pela abstinência e pela eliminação do mercado de certas drogas psicoativas não colocou fim às milenares práticas de intoxicação e de busca por estados alterados de consciência. Pelas lentes antropológicas, sociológicas, históricas ou da ciência política, os textos marcam o estado da arte das pesquisas sobre drogas no campo das ciências sociais no Brasil, reunindo grande parte de seus pesquisadores e, sem dúvida, a maioria da novíssima geração que se dedica ao tema.

Seguindo a intenção que mobilizou a formação do NEIP desde o início da década passada, o livro segue na militância por uma análise múltipla, densa e variada da questão das substâncias psicoativas. É um livro para ser consultado, usado e replicado. Um livro-arma feito não apenas para destruir preconceitos e visões estereotipadas sobre as drogas – que ainda dominam a produção editorial no Brasil – mas para abrir novos espaços e encorajar pesquisadores ainda mais jovens a se lançar nesse campo de investigação.

Vivemos tempos de grande instabilidade e de muitos (re) fluxos conservadores e reacionários. No Brasil, sentimos na pele o peso e a violência da expansão dos reacionarismos virulentos. Precisamente por isso, a questão das drogas fica novamente à baila, passível de todos os ataques, de todos os lobbies – da bala, das igrejas, das comunidades terapêuticas e dos higienismos em geral. Mas a história não é linear, e as vitórias e derrotas se dão no vai-e-vem incessante das lutas. Os vários capítulos do livro explicitam como em diferentes casos as “alternativas” seguem lado a lado com a “repressão”, em um processo descontínuo e conflituoso.

Pensamos que a compreensão do proibicionismo, suas práticas e efeitos na vida de homens e mulheres demanda um esforço coletivo e coligado de pesquisa. É preciso produzir mais e melhor, e é necessário que essa produção seja conhecida, lida, debatida, comentada, rebatida, vivenciada. Por isso e para isso organizamos essa obra. Afinal, para que serve um livro? Caetano Veloso, numa canção intitulada precisamente “Livro”, canta que eles “são objetos transcendentais/mas podemos amá-los do amor tátil que votamos aos maços de cigarro”. Então, sem “encher de vãs palavras muitas páginas/e de mais confusão as prateleiras”, como segue o poeta, que esse livro seja fumado, sorvido, absorvido no calor da luta e na coragem de enfrentar com alegria e brio o que parece cristalizado em suas brutalidades e horrores.

## Referências bibliográficas

- FOUCAULT, M. 1993. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. *Cadernos de Subjetividade*. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, vol. 1(1), pp. 197-200.
- LABATE, B.; GOULART, S.; FIORE, M.; MACRAE, E. & CARNEIRO, H. (orgs.). 2008. *Drogas e Cultura: Novas Perspectivas*. Salvador: EDUFBA/Ministério da Cultura.
- LABATE, B. & RODRIGUES, T. (eds.). 2015. *Drogas, Política y Sociedad en América Latina y el Caribe*. México: CIDE.
- LABATE, B.; CAVNAR, C. & RODRIGUES, T. (orgs.). 2016. *Drug Policies and the Politics of Drugs in the Americas*. Cham: Springer.
- LABATE, B.; POLICARPO, F.; GOULART, S. & ROSA, P. (orgs.). 2016. *Drogas, Políticas Públicas e Consumidores*. Campinas: Mercado de Letras/NEIP
- POL-DROIT, R. 2006. *Michel Foucault: entrevistas*. Tradução de Vera Portocarreiro e Gilda C. Carneiro. Rio de Janeiro: Graal.